

Um Breve Histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Questão Agrária Brasileira

Débora Fernandes de Paiva¹

Resumo: A divisão das terras no Brasil e sua posse ocorreram de forma desigual, desde os primórdios do período colonial, gerando, assim, o início de um processo de acumulação e concentração da propriedade fundiária. A princípio foram instaladas as capitânicas hereditárias e seus donatários, mais tarde as sesmarias e a Lei de Terras de 1850, iniciativas da Coroa Portuguesa e do Estado monárquico brasileiro que estão na origem dos grandes latifúndios do país. Neste ensejo de séculos de concentração fundiária, buscamos compreender o problema da reforma agrária brasileira, e seus atores, debatendo aqui a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Sendo este trabalho fruto das reflexões iniciais do projeto de iniciação científica “A Revista Veja e a violência simbólica exercida sobre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”, através do qual nos propomos interpretar o discurso apresentado pela Revista Veja em relação ao MST. Assim, temos como objetivo, realizar aqui um breve histórico da questão agrária no Brasil, do nascimento do MST e do contexto histórico, político e social do seu nascimento. Com a realização do levantamento bibliográfico, nosso trabalho é pautado na pesquisa de literatura especializada, o que nos permite introduzir o tema e realizar reflexões sobre o mesmo. Desta forma, chegamos a este texto, que é parte inicial de uma pesquisa de iniciação científica, em que a abordagem do tema aqui levantado, se faz necessária para a composição de um processo maior de reflexões sobre a questão. Partimos do pressuposto de que atualmente, o campo brasileiro está imerso em obstáculos estruturais contraditórios com a construção de um país democrático, justo, social e ambientalmente sustentável. O desenvolvimento equilibrado é impedido pelos fundamentos do capitalismo agrícola, um entrave para uma política sustentável de produção agrária. Estamos situados em um grave processo de concentração fundiária, monopolizado por grandes proprietários, que estabelecem as relações econômicas, sociais e políticas de sujeição e exclusão da população do campo, impedindo, portanto, um processo de produção que promova a geração de renda e a diminuição da pobreza e do desemprego do meio rural. Assim, segundo Plínio A. Sampaio (2001), a solução da reforma agrária seria a substituição das forças sociais dominantes por novas forças. Contra esta política de desenvolvimento agropecuário, que perdura e foi intensificada durante o Regime Militar (1964-1985), de um processo de lutas e resistência, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em um período marcado pela gênese de várias organizações dos movimentos sociais e pelo enfrentamento a expropriação de terras, a perseguição ditatorial e a exploração do capital. Fernandes (1994) aponta que o MST, surge em uma conjuntura social ocupada por diferentes experiências de lutas populares, envolvendo a estratégia político-cultural do universo dos sujeitos envolvidos, buscando assim, contrapor a política do sistema vigente.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Luta pela Terra, MST, Questão Agrária.

Este trabalho é resultado das reflexões iniciais do projeto de iniciação científica “A Revista Veja e a violência simbólica exercida sobre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST)”. Inicialmente buscamos compreender o problema da reforma agrária brasileira e a origem do MST, tendo em vista que nossa pesquisa busca interpretar o discurso apresentado pela revista Veja sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra. Desta forma que, a princípio, se faz necessário realizar um breve histórico da questão agrária no Brasil.

Historicamente a divisão das terras brasileiras ocorreu de forma desigual, tendo o início da acumulação fundiária, iniciado nos primórdios do período colonial. Primeiro foram às capitanias hereditárias, com seus donatários e mais tarde as sesmarias, iniciativas da coroa portuguesa, que estão na origem dos grandes latifundiários do país. Assim, o latifúndio tornou-se marca do Brasil por séculos e mantém-se até hoje.

Em meados do século XIX, a pressão pelo fim do sistema escravista e a criação da Lei de Terras no país definiram a direção da agricultura brasileira. Com a Lei de Terras de 1850, intensificou-se o cerco às terras, bem como a grilagem e a expropriação dos posseiros. Com a Lei de Terras, a terra ficou restrita ao poder das oligarquias, transformando-a em propriedade privada, legitimando a posse de latifundiários. Assim, a propriedade da terra só seria possível por meio da compra em dinheiro. No processo de elaboração da Lei de Terras, foram apresentados dois projetos de lei que delimitavam o tamanho das propriedades e permitiam aos camponeses o acesso à terra através das doações. Entretanto, esses projetos nunca se realizaram, eram um contra-senso aos interesses dos grandes proprietários (FERNANDES, 1999).

[...] A Lei de Terras não possibilitou acesso à terras aos escravos nem aos imigrantes, pois permaneceram concentradas nas mãos dos latifundiários e de seus herdeiros. Foi a contrapartida para a abolição consentida. A Lei garantiu propriedade àqueles que já dispunham dela e de capital para adquiri-la. Com o fim da escravidão, era necessário introduzir mecanismos que tornassem o trabalho nas terras dos fazendeiros o único meio de sobrevivência (CORAZZA, 2003, p. 27).

Desde o final do século XIX, já se tem registros de movimentos de luta pela terra, dando destaque a Canudos, em 1893 na Bahia, como resistência à ordem coronelista e latifundiária. No início do século XX, com a continuação da política de concentração fundiária, surgem outros movimentos contestatórios, em 1912 ocorre nos estados de Santa Catarina e Paraná a Guerra do Contestado, sendo um enfrentamento dentre camponeses e o Estado, devido a concessão de terras da empresa norte-americana Brazil Railway Company, para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (FERNANDES, 1999).

Na década de cinquenta, do século XX, a agricultura brasileira ingressa em um processo de modernização tecnológica da mão de obra, ocasionando a substituição dos trabalhadores pelo maquinário. Apenas uma pequena parcela do processo de produção continuou sendo realizada através do trabalho intensivo, surgindo daí o trabalho sazonal. Como consequência do trabalho sazonal, as migrações temporárias em busca de ocupação começaram a ocorrer.

Nesse processo de mecanização, evidenciamos a incapacidade da sociedade de criar mecanismos de reabsorção produtiva e permanente dos trabalhadores descartados pela modernização da agricultura, temos assim o início de um grande problema social. Essa modernização do campo que ocorreu durante as décadas de 1950 e 1970 resultou na consolidação e expansão da empresa rural e, simultaneamente, na minifundiarização e a proletarianização do trabalhador rural.

O apoio estatal à "modernização" durante o regime militar se expressou numa política agrícola baseada no financiamento e subsídio fiscal capaz de aproveitar a alta dos preços

agrícolas no mercado mundial de alimentos; na disseminação do uso dos "insumos modernos" (sementes, fertilizantes e agrotóxicos); e na criação de instituições técnico-científicas (Embrapa, Embrater) que compuseram um verdadeiro sistema de assistência técnica e extensão rural (Emater).

A história revela a relação promíscua entre o Estado e o latifúndio, confirmando que os interesses dos grandes proprietários sempre foram assegurados. Após a ditadura, os governos que se passaram não realizaram atividades eficientes de reforma agrária, em sua essência o capitalismo agrário continuou sendo a base das políticas brasileiras. Assim, a questão agrária brasileira não deve ser entendida como algo momentâneo, que muda conforme o governo em vigência. Ela deve ser entendida como parte do processo histórico legitimador da concentração fundiária no Brasil. Conforme apresenta Carlos Lorena:

A estrutura agrária concentradora, viciosa, que desde o tempo das capitanias hereditárias, passando pelas ordenações do Reino, pela Lei das Sesmarias, pela Lei de Terras de 1850, até hoje, tem sido sempre conservada e agravada, chegando-se ao máximo nos últimos 20 anos (LORENA apud FERNANDES, 1994, p.29).

Atualmente o campo brasileiro possui obstáculos estruturais contraditórios ao desenvolvimento do país. O capitalismo agrícola é o entrave do desenvolvimento equilibrado e coerente da produção agrária. É grave o processo de concentração fundiária, que é monopolizado pelas grandes indústrias e grandes proprietários, que estabelecem as relações econômicas, sociais e políticas de sujeição e exclusão da população do campo.

Em consequência, impede-se um processo de desenvolvimento que atinja a população, de forma, que proporcione geração de renda e a diminuição da pobreza e do desemprego do meio rural. Segundo Plínio de Arruda Sampaio (2001), a solução da reforma agrária é a substituição das forças sociais dominantes por novas forças. Portanto, deve-se combater o domínio hegemônico das grandes empresas agrícolas e da agroindústria, fomentando a distribuição, entre a população rural, das terras concentradas nas mãos de um pequeno número de proprietários.

Deste modo, para o fim das relações de dependência e submissão, é necessário possibilitar o desenvolvimento produtivo e social no campo, assim seria possível extinguir o eixo central da questão agrária: "a concentração da propriedade da terra". Porém para que esta tarefa se realize, é essencial um projeto de reforma agrária de intervenção planejada pelo Estado, em que expropriações sejam realizadas e um novo modelo agrícola e econômico seja implantado, equilibrado social e ecologicamente.

A Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra

Dizem do MST,
Mesmo sem lhe querer mal,
Que há momentos de luta
Em que ele é radical,
Sem querer compreender
Os métodos do capital.

Como disse Bertold Brecht
Em lições claras, atentas:
As águas que fazem o rio
Não são em si turbulentas,
Mas, as margens que comprimem
É que tornam violentas.

Se feita a reforma agrária
Se sela um acordo de paz,
Se acaba a briga no campo
Contra multinacionais,
Latifúndios ociosos
Com seus crimes sociais.
(O Cordel da Reforma Agrária,
Medeiros Braga, 2009)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST) nasce em um processo de lutas e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, inserida durante o regime militar. Esse processo é entendido de forma mais geral, como o enfrentamento da expropriação e contra a exploração do capital. A gênese de várias organizações dos movimentos sociais ocorreu no decorrer deste período. Para Fernandes (1994) o MST teve seu início no espaço social ocupado pelas diferentes experiências das lutas populares, envolvendo a estratégia político-cultural do universo dos sujeitos envolvidos.

Entre 1978 e 1985, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao movimento. Entre as que marcaram o início do MST, estão às ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta- RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê- SC, em 1980, e nesse mesmo ano, no Paraná o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado, que com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro. Em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. (FERNANDES, 1994).

Outras lutas, também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. Esses conflitos localizados possuíam em comum a forma de organização. Alguns deles já haviam se autodenominado, inserindo em suas siglas a localização da luta. Como por exemplo, no estado do Paraná, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste (MASTRO); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES). E no estado de São Paulo, o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, entre outros de vários estados.

Lutas eclodiam em vários lugares ao mesmo tempo. A divulgação pela igreja e a difusão da imprensa, fizeram com que surgissem a necessidade e o interesse de se trocar experiências. Foi com a troca de experiências, que a articulação nacional desses movimentos começou a ser construída com o objetivo de superar o isolamento e buscar emancipação política. Superação esta, necessária para a luta contra as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dos conflitos locais. As batalhas acontecem no campo, porém a conquista da terra também se realiza na cidade. Assim, uma articulação nacional permitiria a construção de uma organização que fortaleceria o processo de conquista.

Os primeiros contatos ocorreram em encontros entre líderes de cada região. Sendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) responsável pelos encontros, pois na época já possuía uma organização nacional e estava em contato com as lutas regionais. Em julho de 1982, foi realizado em Medianeira no Paraná, um grande encontro. Em setembro do mesmo ano, a CPT realizou em Goiânia no estado de Goiás um encontro com trabalhadores de 16 estados. Conforme depoimento de João Pedro Stédile, um dos fundadores e atualmente dirigente do MST, concedido a Fernandes (1994), o encontro em Goiânia foi o início para uma organização regional:

Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande... Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi pra se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas idéias assim: não a CPT vai fazer isso pra nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos estados do sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco estados do Sul. (João Pedro Stédile - MST). (FERNANDES, 1994, p. 69)

Através dos encontros promovidos pela CPT, líderes dos movimentos do sul do país, perceberam a necessidade de organização de um movimento mais amplo, que superasse as barreiras do isolamento. Em janeiro de 1983, realizaram um encontro em Chapecó-SC e criaram uma Coordenação Regional Provisória, que reunia representantes de cinco estados, sendo: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano outros encontros foram realizados em Naviraí e Glória de Dourados no MS, em Araçatuba – SP e em Ronda Alta – RS. Conforme depoimento de João Pedro Stédile (FERNANDES, 1994), a Coordenação Regional observou a necessidade de ampliar o movimento, então em 1984 organizaram em Cascavel – PR um encontro nacional de conflitos pela terra:

Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos fazer um encontro nacional de conflitos pela terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Aí vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio muito integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo os contatos e conseguindo infraestrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel-PR e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas. (João Pedro Stédile - MST) (FERNANDES, 1994, p. 69)

O referido Encontro Nacional significou a fundação de um movimento de camponeses sem terra em nível nacional, que iria se organizar pautando a luta pela terra e pela reforma agrária. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surge oficialmente em 1984, durante este 1º Encontro Nacional, realizado entre os dias 20 e 22 de janeiro, no Seminário Diocesano em Cascavel- PR. Contando com a presença de representantes de setores progressistas da Igreja Católica, trabalhadores rurais de doze estados, intelectuais, operários e indígenas, dispostos a hastear a bandeira de luta pela reforma agrária em todo país.

Deste encontro, resultaram objetivos que simbolizam a luta histórica dos trabalhadores rurais, representando as novas características da luta pela terra, buscando realizar uma maior aproximação dos trabalhadores sem terra com outros setores da sociedade civil, como sindicatos, ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos políticos, no caso, o Partido dos Trabalhadores (PT), que na época, se identificava com a luta do movimento. Representa também a necessidade de tentar afastar-se da dependência que tinham com relação à igreja e como era imperiosa a ampliação da luta (FERNANDES, 1994).

Com a fundação do MST, os trabalhadores constituíram um novo espaço no cenário político brasileiro da luta pela terra e contra o agronegócio². Um ano depois, em janeiro de 1985, em Curitiba no Paraná, o MST realizou o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Dessa forma, consolidava-se o MST como representante da luta pela terra. Em 1995 é realizado o Terceiro Congresso Nacional, onde uma nova elaboração

dos objetivos gerais foi realizada. O MST sustentou seus princípios de transformação da sociedade através de suas ações, ampliando seus objetivos e realizando algumas mudanças que foram resultado do desenvolvimento das experiências construídas na contínua luta pela terra.

Nesse processo histórico de construção da luta o MST foi se transformando de acordo com a realidade, e atualmente está organizado da seguinte forma: A Coordenação Nacional é composta por aproximadamente 90 pessoas. Sendo dois membros de cada estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional. A Coordenação Estadual é representada por um grupo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com as características e organização de cada estado. Este grupo é formado pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

Possui também, a Coordenação Regional que é formada por membros eleitos nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos nas assembléias. As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, etc. Objetivando uma organização democrática, as instâncias não possuem chefes ou diretores. Os únicos graus de hierarquia são coordenadores e membros.

A estrutura de organização apresentada é o resultado dos quinze anos de mobilização e luta pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. Assim, percebemos que desde a sua fundação o MST tem se construído em sob três objetivos principais: lutar pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. De forma, que não estão restritos apenas a luta por territórios, mas sim, por uma sociedade mais justa, onde os trabalhadores participem de iniciativas para solucionar problemas, como a desigualdade social, a discriminação de etnia e gênero, a exploração do trabalhador, etc.

Referências Bibliográficas

CORAZZA, Gilberto. *O MST e um projeto para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campos Santo Ângelo; Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2003.

FERNANDES, Bernardo M.. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo M.. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra – MST (1979 – 1999)*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo M.. *Agronegócio e reforma agrária*. Disponível em:
<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>.
Acesso em: 10 julho, 2011.

BRAGA, Medeiros. *O Cordel da Reforma Agrária*. Disponível em:
<<http://www.mst.org.br/node/7722>> Acesso: 14 julho, 2011.

PASSOS, Najla M. N.. *A revista Veja e a invenção do MST terrorista: Um estudo sobre a cultura da opressão no Brasil pós 11 de setembro*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Cuiabá, 2008.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária e a luta pelo socialismo. In: *Cadernos de Textos, Conferência Estadual da Reforma Agrária – o uso da terra e o desenvolvimento do Estado*. Porto Alegre, 2001. Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/enev/docs/questaoagraria.pdf>> Acesso: 14 julho, 2011.

SOUZA, Eduardo F.. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, João P. e FERNANDES, Bernardo M.. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹ Discente do curso de História da Universidade Estadual de Maringá - UEM . Pesquisa de Iniciação Científica em andamento. Orientador Prof. Dr. Geovanio Edervaldo Rossato. Email: debora.fernandesdepaiva@gmail.com

² Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para a reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (FERNANDES).